

Janot diz que saída para crise está na política, e não no Judiciário

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou neste sábado (1º/7) que as recentes investigações e denúncias contra políticos não devem ser encaradas como ataques do Ministério Público Federal à atividade política do país. A uma plateia de jornalistas, ele afirmou que “sem a política não há solução, [porque] não há solução do Judiciário para as crises que o Brasil enfrenta”.

Reprodução



Rodrigo Janot defendeu negociação de pena entre MPF e investigado. Sem a ferramenta, segundo ele, restaria ao órgão oferecer bombom e "cachacinha".
Reprodução

Janot participou do 12º Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em São Paulo, e disse que os órgãos de Estado estão funcionando atualmente, ainda que não na velocidade esperada por parte da sociedade. Com bom humor, defendeu as negociações de delação premiada firmadas pelo MPF e disse que a instituição tem poder para prometer redução de pena ou até mesmo imunidade.

“Não adianta eu chegar no colaborador e dizer: meu amigo Joesley [Batista, da JBS], vem aqui. Vou te propor um acordo de colaboração, beleza? Então vou lhe dar uma caixa de bombom Garoto. Vou dar pão de mel (...) Na minha terra [Minas Gerais] a gente gosta de torresmo com cachaça, você não quer uma cachacinha?”

A jornalista Renata Lo Prete, que conduziu a conversa, afirmou que o entendimento do procurador-geral diverge da subprocuradora Raquel Dodge, [indicada para assumir a PGR no biênio 2017-2019](#). Raquel declarou em debates que o Ministério Público não faz dosimetria de pena, conforme o jornal *Valor Econômico*. Janot reconheceu a diferença de entendimento, mas negou qualquer atrito com sua provável sucessora.



“Não tenho nada contra a doutora Raquel (...) Estava na lista tríplice [formulada pela Associação Nacional dos Procuradores da República], colegas a veem como uma boa procuradora. As divergências são normais.” O mesmo tom diplomático foi usado quando a entrevistadora citou o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. “Não tenho nenhum conflito com ele, zero”, declarou.

Ainda sobre a delação premiada de Joesley, que baseou [denúncia contra o presidente Michel Temer \(PMDB\)](#), Janot insistiu que a [imunidade penal foi necessária](#) diante dos fatos revelados e declarou que “faria tudo de novo, com certeza”. “Ganhou a sociedade brasileira, ganhou o interesse público, com a cessação da prática em se desvendar essa organização que praticava crime em detrimento do Estado.”

O acordo, segundo ele, não impede investigações e denúncias contra fatos antigos e não revelados nem contra fatos novos, como a suspeita de que os donos da JBS [manipularam o mercado financeiro com compra de dólares](#) antes das denúncias.

O atual chefe da PGR também considerou naturais divergências sobre a colaboração premiada, já que o instituto é novo no Brasil. E negou que o Ministério Público seja o grande responsável por vazamentos de informações sigilosas de investigações. “Na grande maioria das vezes, o resultado do vazamento é ruim para o MP”, afirmou.

Janot deixa a cadeira em setembro. Questionado sobre o que é possível esperar no período restante, respondeu: “Eu brinco assim: enquanto houver bambu, lá vai flecha (...) Até 17 de setembro, a caneta está na minha mão (...) e vou continuar nesse ritmo”. Para assumir a vaga, Raquel Dodge precisa ainda de aprovação no Senado.

Assista à entrevista (a partir dos 17 minutos):

** Texto atualizado às 19h05 do dia 1º/7/2017 para acréscimo de informações.*

Date Created

01/07/2017